

A REVISTA VEJA E O OBSTÁCULO DA CENSURA



Por Juliana Gazzotti*

O objetivo deste trabalho é analisar como *Veja* foi atingida pela censura imposta pelos governos militares do pós-64 e qual foi a sua reação. A partir disso, observaremos se a censura foi eficaz ou não.

A revista foi censurada em várias ocasiões e de maneiras diferentes. Como os censores não seguiam um padrão homogêneo para coibir os órgãos de imprensa, *Veja* representa um caso específico dentro do contexto de censura aplicada aos veículos que trabalhavam com a informação e, por isso, analisaremos como se deu este processo no semanário.

Os governos militares utilizavam-se da censura para controlar os órgãos de imprensa. A censura era necessária, segundo eles, porque os meios de comunicação eram considerados um dos itens de segurança nacional e também seriam responsáveis por transmitir o pensamento “oficial” do Estado para manter a ordem no país.

Com isso, a nossa hipótese é que a censura era um incômodo para os meios de comunicação, em geral, sob o regime militar. Historicamente, eles auto intitulam-se o “quarto poder”, ou seja, o olhar que vigia o governo e, para isto, precisam da liberdade de informação. *Veja* foi prejudicada pela censura imposta pelos militares, pois deixou de publicar fatos relevantes para os seus leitores. Assim, a qualidade do seu material jornalístico não oferecia aos seus leitores o que realmente estava acontecendo na sociedade. Por isso, a eficácia da censura evidenciou-se tanto nos momentos de resistência da revista como nos de conformismo.

Desta maneira, queremos saber como *Veja* portou-se diante da censura. Em quais momentos foi resistente ou conformista? A presença dos censores atrapalhava o funcionamento da revista, ou seja, trazia algum tipo de prejuízo econômico? Em que aspectos a censura mostrou-se eficaz?

Desta maneira, explicitaremos o mecanismo de funcionamento da censura no semanário, dividindo-a em duas fases, uma ocasional e outra rigorosa. Para isto, foram analisadas as matérias da revista que tratavam deste assunto, as formas de censura recebidas e como o semanário resistiu ou aceitou esta imposição.

Conforme Alzira Alves de Abreu, “a censura à *Veja* teve duas fases: a primeira de 1968 a 1973, e a segunda de 1974 a 1976. Nos primeiros anos a censura foi intermitente e não tão rigorosa como a que era imposta aos demais jornais e revistas. Entretanto, exatamente durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), no momento em que se iniciava uma fase de abrandamento da censura, *Veja* foi severamente cerceada, no sentido de ter um censor que lia todas as edições antes de seu envio para publicação.”¹

Esta cronologia da censura em *Veja* vai ser utilizada neste trabalho para mostrar como os censores atuavam na revista.

1 - “Os anjos e os demônios da revista *Veja*. Um discurso contra a censura.” Texto apresentado no VII Encontro Regional de História ANPUH, Rio de Janeiro, 07 a 11 de outubro de 1996, p.1.

1968-73: a censura esporádica

Durante estes anos, *Veja* não foi censurada tão rigorosamente, nem sofreu perseguições como outros órgãos de imprensa. Uma explicação para isto pode estar na pretensa neutralidade defendida pela revista. Assim, ela publicava as posições dos diferentes grupos que participavam do governo ou que pretendiam conquistá-lo². Além disso, o semanário possuía alguns princípios liberais que o norteavam, mas era bastante maleável e adaptava-se ao contexto ditatorial, mesmo defendendo a abertura política.

No entanto, quando a revista entrou em conflito com o governo militar em relação a alguns pontos específicos, teve a presença de um censor em sua redação. Mino Carta contou que *Veja* teve a primeira manifestação da censura na edição nº 15 (18/12/68). Esta edição foi apreendida nas bancas, pois trazia na capa uma foto de Costa e Silva sozinho no plenário do Congresso, logo após a publicação do AI-5. Cerca de um ano depois, a revista foi apreendida novamente quando realizou duas capas sobre a tortura. A segunda reportagem (vol. 66, 10/12/69) não passou pela censura. “A partir desse fato passamos a ter censura na revista, inicialmente exercida pelos militares. A ordem que tinham era de censurar apenas a parte política e não a revista toda.” Esta censura durou por cerca de um ano dentro da própria redação e depois foi suspensa porque houve negociações entre o Diretor-Responsável da revista (Edgard de Silvio Farias) e a censura. “Tivemos um recrudescimento forte no final de 1971 quando outra edição foi apreendida - a do caso Leon Peres (vol. 169, 01/12/71)³ - e aí voltamos a ter censura prévia fixa, por outro período como punição, sendo feita pela Polícia Federal de muito baixo nível”⁴. Durante este tempo, *Veja* recebia bilhetes e telefonemas com os assuntos proibidos e que não deveriam ser publicados.

Depois, “durante alguns meses (até 19/09/72) a redação passa a ter um censor. A partir desta data, segundo o comunicado, confia-se na responsabilidade editorial da Abril, a fim de que áreas proibidas não sejam abordadas.” No ano de 73, *Veja* continua tendo problemas. Em março, uma matéria sobre sucessão presidencial (edição nº 237) desagradou às áreas de segurança nacional. A partir disso, qualquer matéria sobre

sucessão passa a ser encaminhada à censura prévia. (...) Em julho, *Veja* é advertida e ameaçada com censura prévia por comentar a censura imposta a jornais, citando recursos usados pelo *O Estado de São Paulo* (um dos assuntos proibidos). Dias depois nova advertência por ter publicado notícia sobre o cantor Geraldo Vandré. Durante este ano, mais de 50 assuntos foram proibidos.”⁵

Nesta fase, então, a censura instalou-se de forma esporádica e em momentos específicos, pois foram poucas vezes em que *Veja* publicou sobre assuntos “espinhosos”, que eram proibidos de acordo com o regime. A revista buscou uma pretensa neutralidade frente aos militares e quando enfrentou o regime soube recuar devido a ameaçada de censura prévia. Uma explicação pode estar no fato de este ser um momento em que *Veja* está se firmando no mercado e, com isso, não poderia sofrer perdas com edições apreendidas. Somente no período seguinte (a partir de 1974), o semanário demonstrou que estava sendo censurado, quando a censura tornou-se mais presente.

1974-76: resistência e rendição à censura

Veja passou a ser censurada severamente a partir de 1974, justamente no governo do general Ernesto Geisel, candidato que a revista havia apoiado como uma solução para se ver livre da ditadura militar. Geisel patrocinava um projeto de abertura política “lenta, segura e gradual” que incluía o fim da censura. Segundo um importante jornalista, que trabalhou em *Veja* na época, para a revista não era incoerente ser censurada pelo governo



Womam and Death/Käthe Kollwitz

2 - Um exemplo disso ocorreu durante o processo sucessório do general Costa e Silva, em que havia uma conjuntura de crise política, com diferentes grupos militares lutando pelo poder. Nesta fase, *Veja* publicou entrevistas e reportagens dos diferentes grupos em disputa pela presidência (os castelistas, os duros, os albuquerqueistas e os palacianos). Desta maneira, *Veja* procurava uma posição conciliatória com o regime militar. Sobre os diferentes grupos em disputa pelo poder na sucessão de Costa e Silva, ver João Roberto Martins Filho. *O palácio e a caserna - a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-69)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.

3 - O governador do Paraná, Haroldo Leon Peres, renunciou ao seu cargo após ter sido acusado de corrupção pelo governo federal. Leon Peres se dizia inocente e, depois de algumas tentativas para se defender, o governador renunciou sob pressão de que, se isso não ocorresse, ele seria cassado. Este era um assunto proibido pela censura e *Veja* publicou uma longa reportagem, inclusive com a foto de Leon Peres na capa.

4 - Mino Carta. Depoimento in: Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira (1968-78)*, São Paulo: Editora Global, 1980, pp. 86-87.

5 - Paolo Marconi, op. cit. pp. 197-198.

apoiado por ela, pois o semanário sabia que o regime militar estava se acabando e que a censura iria ser retirada. Em sua versão, o general Golbery do Couto e Silva, principal assessor de Geisel, havia entrado em contato com a revista e garantido o cumprimento do projeto de liberalização do presidente.⁶

The Survivors/Käthe Kollwitz/modificado



A presença da censura em *Veja* “refletia a tensão que existia entre o grupo Geisel, favorável a uma liberalização política do regime, e o grupo mais radical, que defendia a manutenção da censura e o controle político. (...) Como mostra Celina Rabello Duarte, 'a liberalização da imprensa tomou um

ritmo irregular, alternando-se momentos de liberdade com momentos de repressão. Esse ritmo acompanhou de perto o conflito interno pelo poder. Se para atender à “linha-dura” punia-se a imprensa, por outro lado, o próprio Geisel incentivava o rompimento do círculo censório”⁷.

Outros dois jornalistas deram depoimentos neste sentido. Conforme Marcos Sá Correa, “no governo Geisel, depois daquela derrota eleitoral de 74 para o MDB, havia um permanente conflito interno entre as alas militares, quer dizer, aquilo que parecia um regime de estrita defesa da ordem, internamente, era uma permanente anarquia militar, havia conflitos permanentes, o presidente mandava menos do que na época se supunha, menos ainda do que a gente imaginava, etc. E no caso da censura na *Veja* foi isso, a *Veja* mais uma vez apostou num projeto de abertura, no caso do Geisel foi muito mais claro, a *Veja* ficou a favor do Geisel. O governo Geisel teve problemas internos que fizeram com que o ministro da Justiça, provavelmente como porta-voz da sua ala militar, botasse a censura na *Veja*. O Geisel não era um liberal, o Geisel jamais teve um projeto propriamente de abertura, o Geisel teve um projeto político, se teve algum que foi bem sucedido era o projeto de restauração econômico-político sobre um regime que estava em frangalhos por causa dessa anarquia militar que eu falei. Ele não tinha instinto, nem vocação democrática, ele queria era arrumar aquela casa e para arrumar ele precisou comprar, de maneira muito sinuosa, briga com esses escalões da

repressão. (...) Eu tenho a impressão que a censura aplacava algum conflito interno e, por outro lado, não é que incomodasse o Geisel haver censura na *Veja*, embora o Geisel tenha, a meu ver, uma interpretação, usado taticamente, várias vezes, uma certa dose concedida de liberdade de imprensa para enfraquecer realmente essas linhas de resistência interna do regime, ele tentava recentralizar, isso sim. Nos episódios do II Exército, a revista estava sob censura e nós não podemos dar, mas é engraçado que na época você morria de frustração e inveja porque sabia que estava acontecendo uma coisa importante, você tinha informação sobre aquilo, você via o resto da imprensa abrindo e lá dentro da *Veja* a censura permaneceu tão estrita quanto antes”⁸.

Bernardo Kucinski complementou: “no governo Geisel havia uma luta interna. Nessa luta interna, ele usava a imprensa contra a linha-dura, por outro lado, ele tinha que punir a imprensa quando a linha-dura estava muito forte. Então, muitos desses jornais foram vítimas não do governo Geisel, mas da luta interna que havia e ele era um cara que tinha visão do meio militar, o problema dele era o meio militar, então, sempre tomava decisão que permitisse a ele manter a autoridade sobre o meio militar e, às vezes, essa decisão era punir a revista, até porque também ele tinha afinidade com a repressão, foi ministro do STM e baixava as decisões mais duras, ele não era um liberal, era um fascista que teve a percepção de que tinha que abrir, junto com Golbery que era outro fascista também”⁹.

Desta maneira, a partir de 09/01/74 (vol. 279), *Veja* passou a apresentar formas de resistência à censura - como em uma charge do humorista Millôr Fernandes que desenhou um prisioneiro torturado cheio de carimbos oficiais (“cancelado”, “pago”, “confidencial”, “lançado”, “urgente”, etc) e abaixo o escrito “Nada consta”. E em 06/02/74 (vol. 283) trouxe uma nota, na seção “Datas”, sobre a indicação de D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, para receber o Prêmio Nobel da Paz (assunto proibido através de bilhetinhos e telefonemas). Segundo Paulo Marconi, a partir daí, instalou-se um censor da Polícia Federal na redação, Richard Bloch, que levava o material da revista para a sua casa ou para o Departamento de Polícia Federal¹⁰.

Veja passou a mostrar que estava sendo censurada através de recursos do jornalismo da época: na edição 285 (20/02/74), antes da posse do general

6 - Depoimento dado à autora, em 28 de abril de 1998, com pedido de anonimato.

7 - Alzira Alves de Abreu, op. cit., p. 5.

8 - Depoimento dado à autora em 09/09/98.

9 - Depoimento dado à autora em 05/08/98.

10 - Paulo Marconi, op.cit., 1984, p.198.

Mino Carta afirmou em entrevista: “quando começou a gestação do governo Geisel, o Armando Falcão me procurou, eu fui almoçar com ele no Rio e ele me disse: nós vamos tirar a censura de todos os lugares onde existir censura, inclusive da *Veja*. (...) Isso poderia ser janeiro ou fevereiro de 74, aí no dia 18 de março, três dias após a posse de Geisel, ele me chamou à Brasília. Eu fui à Brasília e ele disse: a censura saiu da revista. (...) Eu disse para ele: mas isso não implica em qualquer tipo de concessão de nossa parte. Eu acho que não ter censura é normal, então não preciso assumir nenhum compromisso. (...) Aí nós tínhamos uma matéria na gaveta sobre os exilados e naquela edição já publicamos... Na edição seguinte era aniversário do Golpe e fizemos uma edição bastante desabrida com uma capa agressiva sobre o aniversário do Golpe. Aí na terceira edição saiu uma charge do Millôr em que se vê uma pessoa pendurada numa parede e o “Nada Consta”. Naquela manhã, eles apreenderam a revista e avisaram que a censura voltava, voltava da pior maneira, ou seja, nós teríamos de entregar todo o material na terça-feira para a Polícia Federal em Brasília.” O jornalista contou que, depois de negociações com o general Golbery do Couto e Silva, “inventaram a seguinte sacanagem: nós tínhamos que mandar, todo dia, o material para a Polícia Federal de segunda a sábado, quer dizer, para as dependências da Polícia Federal no centro da cidade, tudo o que ia ficando pronto seguia para lá, tinha um serviço de peruas que executava a operação e aos sábados levava na casa do censor.” Depoimento dado à autora em 07/08/98.

Geisel, que se realizaria em 15/03/74, o semanário mostrava a “volta dos anjos”, que representavam o projeto de distensão do futuro presidente e as “últimas aparições do demônio” que representavam o governo repressor do general Médici. “Este número, utilizado para denunciar a censura, recebeu do general Antônio Bandeira, diretor geral do DPF/Brasília, um comunicado que foi retransmitido à *Veja* pelo censor Richard Bloch de que não podia haver “substituição inadequada”, quando qualquer matéria sofresse “corte” parcial ou total. De acordo com essa nota, “os diabos constantes na pág. 22 da revista *Veja* nº 285 evidenciavam censura de matéria”¹¹.

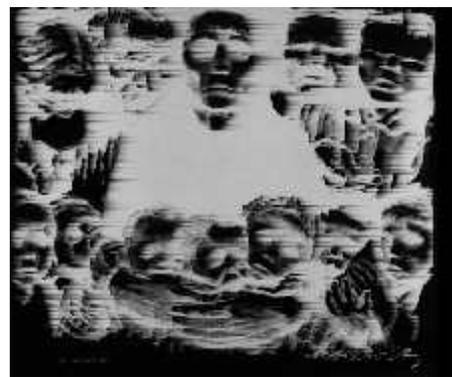
Na edição seguinte (vol. 286, 27/02/74) surgiu a primeira seção “Diversos” com o título “A volta dos anjos”. Esta matéria trazia um personagem que simbolizava o projeto de redemocratização do general Geisel e dizia: “os anjos voltarão à Terra? Quando? Logo, questão de anos, talvez meses, quem sabe dias.” Estas eram as palavras do padre Sean McIntosh, 62 anos, que concluía: “eu confio que a espera seja curta”.

Um outro recurso foi utilizado em 06/03/74 (vol. 287). Os redatores da revista inseriram na seção “Cartas” referência à matéria “O longo drama chileno” que havia sido censurada e não publicada. As cartas traziam informações óbvias sobre o país, como por exemplo: “Sr. Diretor: parece-me indispensável observar, a propósito de “O longo drama chileno”, que o Chile, durante o período diurno, é claro, e que durante o período noturno, é escuro. Sérgio de Oliveira, redator da revista *Veja*, São Paulo, SP”. Nesta mesma edição, a seção “Diversos” trazia o título: “Homens-Demônios” e mostrava algumas previsões em comum do padre Sean McIntosh e do professor de Teologia da Universidade de Syracuse, Liland McLeary, que mantinha correspondência com o padre Sean: “a ação dos homens-demônios liberou uma carga avassaladora de energia diabólica que ainda se mantém no ar e causa, nove séculos depois, larguíssimos fenômenos de fanatismo, cegueiras coletivas, temores globais, além de episódios desmedidamente ridículos; é benfazeja a presença do monge Falcus¹², contemporâneo e oponente dos homens-demônios e autor de textos que provavelmente encerram as fórmulas para um primeiro combate às forças do Mal; contudo, a energia positiva que ele liberou e perdura, espalhando-se na direção norte-sul, por mais forte que seja, haverá de agir de

forma paulatina e cautelosa.”

Em 13/03/74 (vol. 288), *Veja* desrespeitou a proibição e na seção “Millôr e Brasil” apareceu novamente o demônio com a frase: “espera-se que este senhor desapareça”. E outra ilustração de vários demônios com os dizeres: “eles poluem com um milhão de decibéis”. Além de mais uma figura prevendo: “o diabo está no fim.” Conforme Paolo Marconi, por causa disso, os jornalista Mino Carta e Roberto Guzzo foram chamados a prestar esclarecimentos sobre a proibição não atendida¹³. Na edição seguinte (vol. 289, 20/03/74), apareceu a figura de anjos com os dizeres: “tributo aos anjos tão desejados.” Segundo Marcos Sá Correa, que era da redação de *Veja* e viveu esse período, “a utilização de figuras dos diabos foi uma solução de emergência para fechar a revista, já que os textos voltavam do censor cheios de buracos, ou seja, partes censuradas, e em geral não havia mais tempo hábil para substituir a matéria ou completar o texto. Ele foi em grande parte responsável pela seleção e pesquisa dos diabos”¹⁴.

O jornalista também contou: “eu tinha a recomendação do Mino para procurar no DEDOC (o Departamento de Pesquisa) alguma coisa para botar no local (censurado). Eu desci no DEDOC e alguém de outra revista, provavelmente tinha mexido naquela manhã, eu encontrei uma pasta de diabos e achei aquilo muito engraçado e levei para o Mino. O Mino resolveu usar os diabos e, por incrível que pareça, acabou sendo muito divertido fazer a primeira edição com os diabos porque o Mino começou a fazer um texto coerente com aquela ilustração, começou a usar todas as categorias da demoniologia. Na época, a gente achou que estava fazendo um grande feito jornalístico. Devo te dizer que isso é uma brava ilusão que eu levei a década inteira carregando, eu tinha participado, você se sentia personagem da resistência. Mas aí em 76, 77, eu saí da *Veja* e voltei em 79 e uma das primeiras coisas que eu fiz nessa volta foi uma edição chamada “Os anos 70”, uma edição de fim de ano, de fim de década... Na época eu me lembro que fiquei realmente muito assustado em perceber como a gente tinha se enganado a respeito da nossa capacidade de enganar o censor. Nós nos sentíamos jornalistas espertos lidando com um idiota. (...)



The Survivors/Käthe Kollwitz/modificado

11 - Alzira Alves de Abreu, op. cit., p. 6.

12 - O monge Falcus era uma alusão ao ministro da Justiça, Armando Falcão, escolhido pelo general Geisel. O jornalista Mino Carta teve duas conversas com Falcão que lhe garantiu o cumprimento do projeto político do futuro presidente. Depois disso, o jornalista começou com a brincadeira da “volta aos anjos”. Ver Paolo Marconi, op. cit., pp.84-89.

13 - Paolo Marconi, op. cit., p. 198.

14 - Marcos Sá Correa, entrevista ao CPDOC, Rio de Janeiro, 12/02/1996. Citado em Alzira Alves de Abreu, op. cit., p. 7.

Quando eu comecei a fazer então a pesquisa para esta edição da década, eu tive um choque ao perceber que muito menos do que eu lembrava do que tinha acontecido estava na *Veja*, ou seja, era um absurdo porque a gente tinha na memória ter feito uma revista ousada, de ter feito uma revista que até por estar sob censura tinha uma certa marca de uma coisa que se insurgia contra o regime, etc. Tínhamos a ilusão de estar, com algumas derrotas e tal, tapeando o idiota, só que o idiota trabalhava com informações muito precisas e, às vezes, mais precisas que as nossas, sob especificamente o que ele queria cortar, então ele cortava com muita precisão. (...) Mas o estranho é que esta revista olhada em retrospectiva, cinco, seis anos depois, quando eu fui fazer uma pesquisa para mim mesmo, não me servia. Eu tinha que, às vezes, procurar as informações que eu estava querendo em

que o censor tinha tirado muito mais do que eu supunha”¹⁵.

Os recursos gráficos e a utilização de linguagem metafórica foram os meios utilizados por *Veja* para tentar driblar a censura e mostrar o seu posicionamento diante das circunstâncias pelas quais passava o país. No entanto, como vimos, o que parecia um grande feito jornalístico, na verdade, revelou-se a vitória dos censores no sentido de cortar reportagens da revista relatando importantes acontecimentos daquele momento.

Durante o mês de abril de 1974, *Veja* ficou livre da censura prévia, apesar de continuarem as proibições através de telex e telefone. No mês de maio, a edição 296 (08/05/74) trazia novamente uma charge de Millôr Fernandes com um prisioneiro posto em ferros com o carcereiro afirmando “Nada consta” - motivo da volta da censura

prévia. Em 11 de outubro do mesmo ano, houve uma ordem para que a capa da revista fosse censurada por causa da repercussão da capa nº 318 sobre os militares em Portugal (desenho de Elifas Andreato com 3 militares perfilados). No ano de 1975, a censura em *Veja* era rotina e no ano de 1976, uma informação “preventiva” do censor dizia que seriam vetadas as matérias sobre a morte do operário Manuel Fiel Filho e a exoneração do general Ednardo d'Ávila¹⁶.

De acordo com Alzira Alves de Abreu, “o que se observa a partir da introdução da 'cultura demoníaca' é que a revista deixou de informar os fatos e acontecimentos mais importantes do período. Só como exemplo, podemos

apontar a ausência de notícias sobre um dos momentos de maior confronto entre os grupos mais radicais e o grupo Geisel - a crise político-militar que levou à demissão do comandante do II Exército, Ednardo d'Ávila Melo. Não há nenhuma notícia sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog sob tortura, em 25 de outubro de 1975, nem do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976. O número da revista de 28 de janeiro de 1976 relata a troca de comandante do II Exército, a posse de Dilermando Monteiro, sem que haja uma única referência às causas



Woman and Death/Käthe Kollwitz/modificado

jornais muito mais brandos, mas eles tinham publicado alguma coisa, tinham os nomes, os acontecimentos, tinha a morte do Herzog e na *Veja* não tinha. A *Veja* tinha rombos, o que eu lembrava nos fins dos anos 70 como coisa importante não estava lá. E é curioso que eu tinha a sensação de ter participado daquilo no miolo dos acontecimentos. Então eu imagino também que coisa vaga não era para o leitor esses nossos atos de rebeldia contra a censura. Só quando eu fui rever, com esses olhos de leitor, a revista que eu tinha feito, eu percebi

15 - Depoimento dado à autora em 09/09/98.

16 - Paolo Marconi, op. cit., p.198-199.

dessa alteração. Esse acontecimento foi noticiado amplamente pela imprensa, salvo por alguns jornais e revistas que continuavam submetidos à censura, como era o caso de *Veja*. O sistema de repressão começou a declinar a partir desse episódio, mas se intensificou a pressão sobre a direção da revista para que ela abandonasse seu modelo de jornalismo crítico e de humorismo cáustico e se tornasse mais de acordo com a orientação do regime. A saída de Mino Carta, seu diretor de redação, teria sido uma exigência após esses acontecimentos, em fevereiro de 1976. Ou seja, abertura sim, mas sob total controle dos militares”¹⁷.

Sobre este caso, Paolo Marconi comentou: “a censura prévia (em *Veja*) foi levantada definitivamente em 1976 após o afastamento de seu criador e diretor de redação, Mino Carta. De um lado estava a Editora Abril querendo um empréstimo do Governo Federal, e ver-se livre da incômoda censura. Do outro, estava o governo desejando que a revista *Veja* fosse mais um modelo de bom comportamento, ou seja, que abandonasse o seu espírito crítico, cáustico, e perdesse sua postura independente”¹⁸. Mino Carta contou que após várias negociações com Victor Civita e conversações com o ministro Armando Falcão ele decidiu que “continuará a fazê-la (*Veja*) como estava sendo feita, lutando para que sua interferência fosse a mínima possível.” Como isso não era possível, pois o governo queria uma revista menos agressiva, ele decidiu sair da Editora Abril e da direção do semanário¹⁹. Depois deste ocorrido, o empréstimo acabou saindo para a Abril e a censura também²⁰.

Em 21 de abril de 1976, *Veja* estampou as arvorezinhas (símbolos da Editora Abril) no lugar da matéria censurada sobre a morte de Zuzu Angel, que buscava informações sobre o seu filho morto sob tortura pelos militares. No dia 3 de junho, “um telefonema da Polícia Federal informava que a revista, a partir daquela data, estava liberada de enviar o material para a censura”²¹. A “Carta ao Leitor” da edição 405 (09/06/76) comemorou o fim da censura prévia em *Veja* e concluiu: “a livre circulação de informações e de idéias é, obrigatoriamente, um dos pressupostos para uma sociedade mais justa.”

De acordo com Bernardo Kucinski, “a *Veja* foi censurada, teve censura prévia num padrão intermediário, você tinha que mandar a matéria antes e eles cortavam mesmo, mas durante um período

curto e extremamente penoso para os dois lados, imagino eu, porque ficava muito ruim para a revista que quer saber qual vai ser a capa, que é toda planejada e muito ruim para o governo porque isso aparecia no dia seguinte que tinha sido censurado. Então, foi a censura prévia realmente importante, na minha opinião, que afeta o modo de produção da revista, não de toda ela, mas afeta, intimida e prejudica material importante, prejudica a cara da revista, mas que foi muito penoso porque era uma coisa que não ficava bem para nenhum dos dois lados”²².

Após o fim da censura, *Veja* manteve um recuo em relação a críticas ao governo e inclusive praticou a autocensura como mostrou Paolo Marconi: *Veja* (20/04/77) ouviu o economista Rômulo Almeida sobre a possibilidade da multinacional *Dow Chemical* fabricar no Brasil uma dioxina conhecida com “agente laranja”, utilizada na guerra do Vietnã como desfolhante. Frase textual do economista: “se isso for verdade, é um colonialismo absurdo.” Versão edulcorada publicada pela *Veja*: “se isso for verdade, é um absurdo.” Um outro exemplo aconteceu no final de fevereiro de 1979 quando a revista decidiu fazer uma matéria de capa com o presidente Geisel, que deixava o poder. A sucursal da Bahia entrevistou - em *off* - um militar e um político que o conheciam. “Os dois disseram que o presidente da República, quando irritado, xingava muito, “qualquer tipo de palavrão” e que, diversas vezes, seus assessores mais diretos na época em que dirigia a Petrobrás tiveram que fechar às pressas a porta de seu gabinete para que outros funcionários “não ouvissem seus palavrões”. Versão publicada em *Veja* (14/03/79): a porta tinha que ser fechada “para impedir que seus gritos fossem ouvidos”. Um dos entrevistados disse ainda que, por formação intelectual, o presidente Geisel era um formoso democrata, mas que em suas veias corria o sangue de um “senhor ditador”. A *Veja* preferiu dizer que “dentro dele, porém, corre o sangue de um autocrata”²³.

Somente no governo Figueiredo, o semanário entrou novamente em conflito com os militares quando criticou a política econômica do presidente, que levou o país a uma recessão; e quando apoiou a campanha pelas eleições presidenciais diretas.

Nesta época, segundo o jornalista que pediu anonimato, a Editora Abril entrou em disputa por uma concessão de emissora de televisão. O ganhador desta

17 - Op. cit., p. 7

18 - Op. cit., p.116.

19 - Ver depoimento de Mino Carta sobre sua saída da revista *Veja* in: Paolo Marconi, op. cit., pp.116-122.

20 - Segundo Mino Carta, “os proprietários da Editora Abril tinham um empréstimo feito que rolou por dois anos e não era atendido até que ficou claro que se eu fosse embora o empréstimo entraria e entrou.” Depoimento dado à autora em 07/08/98.

21 - Paolo Marconi, op. cit., p. 199.

22 - Depoimento dado à autora em 05/08/98.

23 - Op. cit., pp. 143-144.

concorrência foi Silvio Santos. Conforme o jornalista, os proprietários da Abril sabiam que haviam perdido a concessão devido à postura crítica de *Veja* em relação ao governo Figueiredo. Mas, mesmo assim, não interferiram na maneira como a revista estava posicionando-se e realizando suas reportagens apoiando o fim do regime militar. Desta maneira, concluiu, os proprietários não influenciaram na independência de *Veja*²⁴.

Na primeira fase de censura em *Veja*, a revista não apresentou formas de resistência e compactou com as ordens estabelecidas pelos censores. Esta é uma explicação por que o semanário conseguiu publicar reportagens, muitas vezes, de assuntos proibidos e que não conseguiam ser liberados para outros órgãos de imprensa. Já na segunda fase, quando *Veja* sabia da indicação do general Geisel para substituir o presidente Médici, a revista resolveu desafiar os censores e denunciar para os seus leitores que estava sob censura. Com isso, o semanário elaborou diversas maneiras de criticar o governo que estava saindo e elogiar o projeto de redemocratização do general Geisel, por meio de uma comparação à expulsão dos demônios e volta dos anjos. Estas matérias e ilustrações fugiam do padrão jornalístico da revista que se baseava em textos claros e acessíveis, ao estilo americano. Para desafiar a censura, o jornalista Mino Carta elaborou textos rebuscados com palavras pouco comuns no vocabulário de seus leitores, ou seja, reportagens que não estavam presentes no dia-a-dia de *Veja*. Estas reportagens conseguiram passar pela censura, mas as ilustrações não. Nesta fase, também a revista já não publicava matérias com assuntos proibidos e, muitas vezes, assuntos liberados para os outros órgãos de imprensa eram vetados na *Veja*.

Percebemos, aqui, como a censura não era homogênea e atingia de diferentes maneiras os meios de comunicação. Por isso, como ressaltou Marcos Sá Correa, para os leitores, o grande feito jornalístico que eles pensavam que estavam fazendo era uma coisa muito vaga, os leitores poderiam até perceber a censura na revista, mas as informações importantes que estavam ocorrendo não apareciam no semanário. É aí, portanto, que a censura mostrou-se eficaz e aquilo que parecia uma vitória dos jornalistas contra os censores revelou-se, mais tarde, uma perda de conteúdo valiosa para os leitores de *Veja*.

Depois desta fase e do fim da

censura, e também com a saída de Mino Carta, a revista, várias vezes, praticou a autocensura, pois temia um retrocesso do regime militar, além de não sofrer perseguições dos órgãos censores e, com isso, consolidar-se no mercado sem ter sofrido prejuízos econômicos.

Conclusão

Na primeira fase de censura em *Veja* (1968-73), a revista apenas foi censurada em ocasiões específicas, ou seja, quando “enfrentou” o governo militar. Como exemplo principal, temos as publicações sobre torturas ocorridas no período, que era um tema “tabu” para o regime. Isto porque, nesta época, o semanário publicava as “vozes” dos diferentes grupos militares que disputavam poder. Além disso, segundo depoimento de um jornalista da revista os proprietários da Editora Abril não interferiam na linha editorial da revista porque isso já era feito pela própria censura, que ditava através de “bilhetinhos” o que poderia ou não ser publicado. E eles aceitaram esta imposição. Quando não, a revista passou a ter um censor em sua redação²⁵.

Nestes tempos, apesar da presença do censor em algumas ocasiões na revista, a censura dava-se através de bilhetes e telefonemas informando sobre os assuntos proibidos. Mas, devido à pretensa neutralidade que ostentava, *Veja* conseguiu publicar algumas destas “notícias que eram consideradas proibidas, sobre temas tais como atividades repressivas, prisões políticas, estouro de aparelhos, tortura, morte de opositores do regime, guerrilhas, assaltos a bancos, seqüestros políticos, censura aos veículos de comunicação etc”²⁶.

Já na segunda fase (1974-76), *Veja* passou a demonstrar que estava sendo censurada para os seus leitores como nos exemplos que foram mostrados anteriormente. Mas, devido a isto, o semanário deixou de publicar muitos assuntos importantes, como por exemplo, a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, que foram proibidos pelos censores de *Veja* e, no entanto, saíram em outros órgãos de imprensa²⁷. Apenas anos depois, a revista realizou uma reportagem sobre a morte de Herzog (vol. 507, 24/05/78).

Veja sofreu uma rigorosa censura durante o governo do general Geisel, candidato que ela havia apoiado como

24 - Depoimento citado.

25 - Idem.

26 - Alzira Alves de Abreu, op. cit, p. 2.

27 - Idem, p. 7

solução para a abertura política. Como foi visto anteriormente, a revista “aceitou” a presença da censura porque sabia que ela iria acabar e acreditou no projeto de redemocratização do então presidente.

Com o fim da censura no semanário, em junho de 1976, a autocensura continuou a ser praticada, pois havia o medo de que houvesse um retrocesso (incentivado pelo próprio governo) e um recrudescimento como nos anos de repressão violenta do governo Médici. Por isso, *Veja* não realizava críticas rigorosas à política de abertura do general Geisel e apoiava as suas decisões de, por exemplo, escolher o general João Baptista Figueiredo como o continuador de sua obra pela redemocratização do país.

Somente no governo Figueiredo, *Veja* enfrentou novamente o regime. Ela apoiou a campanha pelas “Diretas-já” e criticou a política econômica do presidente. Foi nesta época que ela defendeu mais claramente a liberdade de imprensa como fundamental para a democracia. Além disso, apoiou o candidato civil, Tancredo Neves, escolhido pela oposição e por dissidentes do governo. E, com esta vitória, celebrou o fim do regime militar e a abertura política que defendeu desde o início de sua existência.

Para lidar com os censores, os jornalistas de *Veja* tinham em mente a necessidade de relatar os acontecimentos sociais aos seus leitores e também o medo de não provocar o grupo governamental identificado com a “linha-dura”, que defendia o fechamento do regime. Além do mais, havia o desejo de realizar um protesto simbólico, utilizando a revista contra a censura. Por isso, muitas vezes, *Veja* usou a linguagem metafórica e gráfica para ocupar os espaços censurados pelos censores. E, muitas vezes, também, compactuou com eles para não sofrer prejuízos com edições apreendidas e perseguições mais enérgicas. Em ambos os momentos, quando *Veja* foi resistente à censura e quando compactuou com ela, a eficácia dos órgãos censores mostrou-se segura. Quando os jornalistas tentaram resistir, deixaram de noticiar fatos marcantes para o país e quando compactuaram com os censores, deixaram de defender o que para *Veja* era necessário num Estado de Direito: a liberdade de informação.

Assim, ocorreu que *Veja*, praticamente desde o seu início até junho de 1976, prejudicou-se enquanto um órgão de informação que se propunha a relatar os fatos para seu leitores e, além de tudo, explicá-los. A revista não conseguiu nem uma coisa, nem outra, pois a censura foi vitoriosa em ambos os aspectos. Neste período, a presença dos censores no semanário, como alguns autores e jornalistas afirmaram, representou o conflito interno que havia no governo militar. A censura em *Veja*, que apoiava o general Geisel, demonstrava um dos momentos de luta interna do palácio em que o presidente “agradava” o grupo da “linha-dura”, e quando liberava alguns órgãos de imprensa “agradava” os setores que defendiam a abertura política. Neste contexto, além da censura, as relações entre a revista e os governos militares davam-se por meio de negociações para liberação de verbas para a Editora Abril e de demissões de jornalistas indesejados pelo regime. *Veja* sobreviveu ao período militar utilizando-se de negociações conciliatórias e, com isso, firmou-se no mercado como o semanário de maior número de vendagem. Desta maneira, se, por um lado, a censura prejudicou *Veja* em relação à qualidade do material jornalístico publicado, por outro, não interferiu na consolidação da revista como um importante meio de comunicação e com um número cada vez maior de leitores.



BIBLIOGRAFIA

ALVES DE ABREU, ALZIRA. “Os anjos e os demônios da revista *Vêja*. Um discurso contra a censura.” *Texto apresentado no VII Encontro Regional de História ANPUH*, Rio de Janeiro, 07 a 11 de outubro de 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-69)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-78)*, São Paulo: Editora Global, 1980.

ENTREVISTAS

Jornalista que pediu anonimato: Depoimento dado à autora em 28 de abril de 1998.

Bernardo Kucinski: Depoimento dado à autora em 05/08/98.

Mino Carta : Depoimento dado à autora em 07/08/98.

Marcos Sá Correa: Depoimento dado à autora em 09/09/98.



Woman and Death/Kätthe Kollwitz/modificado

***Juliana Gazzotti** é doutoranda em Ciências Sociais pela UFSCar. Sua dissertação de mestrado contou com bolsa da FAPESP.